



MASCULINIDADES: AMPLIANDO O DEBATE

MASCULINITIES: BROADENING THE DEBATE

Mário Martins Viana Júnior¹

Resumo: Neste trabalho, refletimos sobre os impactos de uma crise de masculinidade contemporânea na escrita e na produção do conhecimento histórico, realizadas tanto por historiadores(as) como por não historiadores. Para tanto, fizemos um levantamento da produção bibliográfica sobre o tema em diferentes países, com foco no Brasil. Diante da constatação de alguns problemas, como abordagens anacrônicas e generalizantes realizadas por profissionais de outras áreas do conhecimento, além da concentração das investigações dos historiadores(as) em temporalidades específicas, construímos proposições que buscam ampliar as análises e reflexões sobre o estudo de masculinidades.

Palavras chave: Gênero. Crise de masculinidade. Masculinidades. História e historiografia.

Abstract: In this paper, we reflect on the impacts of a possible masculinity crisis in contemporary writing and production of historical knowledge held by both historians and non historians. For this purpose we conducted a survey of bibliographical production about the theme in different countries, focusing on Brazil. Given the statement of some issues, as anachronistic and generalizing approaches by professionals in other fields of knowledge, besides the concentration of historians investigations in specific time frames, we constructed several proposals that seek to expand the analysis and reflections on masculinities nowadays.

Keywords: Gender. Masculinity Crisis. Masculinities. History and historiography.

Introdução

Ao lançarmos olhar para o século XX, percebemos a importância da atuação dos movimentos sociais no avanço da conquista de diferentes direitos. O movimento feminista, expressos em suas várias ondas, colocou em xeque o “patriarcado” que, na acepção do feminismo

¹ Professor Adjunto C1 do Curso e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER-UFC). E-mail: mariomartins@ufc.br

de “segunda onda”, é entendido como “uma formação social em que os homens detêm poder, ou ainda, mais simplesmente, em que o poder é dos homens [assinalando, portanto] quase um sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres” (HIRATA *et al*, 2009, p. 173).

No âmbito da “pós-modernidade”² esse movimento evidenciou vários problemas que, dentre os seus aspectos instigantes, questionaram o “Homem”, padrão e modelo no mundo ocidental: o homem iluminista, branco, europeu, civilizado, racional e heterossexual. Assim, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais, não encontrando correspondência nesse parâmetro hegemônico, promoveram lutas que resultaram na conquista de direitos políticos e civis.

Com o passar do tempo, a convivência mais aberta com práticas e formas de relacionamento, antes legalmente rechaçadas, acrescida de uma conjuntura marcada pelo aumento na difusão e velocidade das informações, ampliou e diversificou os estímulos aos quais homens e mulheres são submetidos. Para alguns autores, essas alterações significaram a transformação radical da modernidade pondo em xeque as “grandes categorias organizadoras de representações identitárias” (NOLASCO, 2001, p. 182). Nesse movimento, a ascensão da individualidade fez declinar mitos, contos, doutrinas e narrativas, isto é, “metanarrativas e metadiscursos” que outrora atuavam diretamente nos processos de subjetivações, na formação e na condução dos pensamentos, comportamentos, ações e relações. Estas seriam as bases para a crise de masculinidade atual associada às crises de identidade do mundo moderno e expressas nos desdobramentos do individualismo.

Para Elisabeth Badinter, esse contexto de crise foi acompanhado por sentimentos específicos em relação aos homens, tais como o desconforto e a angústia:

A década de 1970, que vê nascer os primeiros trabalhos científicos sobre masculinidade, tem o tom da paixão que sempre acompanha as denúncias. Há uma espécie de alegria excessiva em questionar a norma e mostrar todas as contradições a que ela submete o macho humano. Mas ao prazer da denúncia e da destruição do modelo sucedeu, nos anos 80, um período de incerteza carregada de angústia. Mais do que nunca

² Na acepção do autor pós-modernidade remete à condição contemporânea de incerteza, fragmentação e descontinuidade (HARVEY, 1992).

o homem é um problema a ser resolvido, e não algo dado (BADINTER, 1993, p. 5).

De fato, o homem atual está imerso em uma profusão infinita de estímulos e informações, parece fragmentado e o seu modelo de masculinidade historicamente dominante e correspondente está semelhantemente abalado. O domínio dos homens sobre as mulheres, um dos principais elementos que auxiliavam a manter a figura masculina do patriarca, foi questionado e refutado pelos movimentos feministas. Não se pode falar em um único homem, uma única forma masculina. O sujeito moderno declina, é deslocado, questionado, segundo “posições pós-modernas que sustentam que o sujeito outrora teve integridade, mas não a tem mais” (BUTLER, 1998, p. 33).

E é justamente aqui que situamos a principal problematização deste ensaio: acaso houve algum tempo e espaço pretéritos dos quais possamos falar de um perfil masculino exclusivo, singular e homogêneo? As ações e relações pretéritas não colocaram em prática outras experiências que destoaram dos modelos universais apregoados? Essa pretensa universalidade do masculino não seria, na realidade, um “lugar de insistente disputa e re-significação?” (BUTLER, 1998, p. 21).

Diante dessas questões, assumimos uma postura que, ao invés de tomar e analisar isoladamente a crise de masculinidade como uma “proposição propriamente dita”, nos abra possibilidades de percebê-la também enquanto uma “proposição como fato”, isto é, como discurso conformador e delineador de reflexões e análises com impactos na escrita da história e nos estudos de gênero.³ Ao tratarmos a crise masculina contemporânea sob esse viés, vejamos algumas das possibilidades e efeitos com especial atenção para o âmbito historiográfico.

Um balanço dos estudos de masculinidade no Brasil

É incontestável que nas últimas duas décadas ocorreram avanços significativos nos estudos de gênero que focam a análise das masculinidades. O mundo ocidental foi sacudido por questionamentos sobre as características e os aspectos masculinos. Nos Estados Unidos,

³ “É comum insistir sobre a necessidade de distinguir a proposição como fato e a proposição propriamente dita, somente esta última podendo ser julgada verdadeira ou falsa de acordo com a representação que fornece na realidade” (CANDAUI, 2012, p. 34).

por exemplo, desde o início da década de setenta, os integrantes dos *men's studies*⁴ esforçam-se em fomentar e dar visibilidade às pesquisas e aos estudos sobre os homens e suas sexualidades. Na Europa, preocupações semelhantes foram postas em evidência através dos estudos *Nuevas Masculinidades*, *Qué es ser hombre*, *Os Gays na História* e *La sexualidad masculina*, para citarmos apenas alguns exemplos (SEGARRA e CARABÍ, 2000; TOLOSANA, 2010; TOURNIER, 2006; MIMOUN e CHABY, 2001).

Também nessa linha, vários outros estudiosos(as) de países latino-americanos deram vazão às suas preocupações acerca dos homens contemporâneos. Do México ao Peru, e com especial atenção à Argentina, muitos trabalhos centraram esforços na reflexão e busca do entendimento sobre as masculinidades contemporâneas (REARTES, 2005; CÁCERES; SALAZAR; ROSASCO e DÁVILA, 2005; PADILLA e ÁGUILA, 2005; PITLUK, 2007). Os varões e machos argentinos, mexicanos, peruanos, uruguaios, entre outros, tornaram-se valiosos objetos de estudo no âmbito das Ciências da Saúde e das Humanas em todo o continente americano.

No Brasil, particularmente, destacamos três obras que nos permitem sugerir um movimento interligado, embora mais genérico, em torno das preocupações sobre masculinidades em voga desde a década de 1980. O livro *Macho, masculino, homem*, publicado em 1986, teve significativa relevância pelo pioneirismo e ineditismo ao reunir autores(as) de formação diversa que buscavam entender melhor os homens, se propondo a analisar a sexualidade, o machismo e a crise de identidade colada ao homem brasileiro nos anos de 1980, ou, dito de outra forma, investigar “o homem atual que começa a demonstrar sinais de cansaço e parece não mais querer suportar a “courage” que o envolve e ao mesmo tempo o aprisiona. [...] O rei-homem está nu; ele corre cada dia mais à busca de médicos e terapeutas” (GRANDINO *et al*, 1986, p. 7).

A segunda obra que merece destaque é o livro *Masculino, Feminino, Plural*. Organizado pelas professoras Miriam Grossi e Joana Maria Pedro, conseguiu reunir pesquisadores(as) de áreas bem diversas e trouxe uma seção específica sobre a questão da crise masculina:

⁴ Para uma visualização dos diferentes estudos produzidos nesse campo, sugerimos consultar as revistas, livros e artigos publicados nestes sites: <http://www.mensstudies.com/home/about.mpx> e <http://www.mensstudies.info/>.

[...] a tônica dos estudos empíricos está nos homens, distribuído em temas sobre evolução da homossexualidade masculina, de crise de identidade dos homens frente às mudanças de papéis tradicionais, de honra masculina, ou ainda, sobre os espaços típicos de homosociabilidade, como no campo dos esportes (HITA, 1999, p. 378).

Em um terceiro momento, identificamos a importância do trabalho organizado por Mônica Raisa Schpun que se manteve alinhado aos outros dois livros em duas questões básicas: prosseguiu a reunião de autores(as) com formação diversificada para tratar dos estudos sobre masculinidades, ao mesmo tempo em que priorizou um recorte temporal de análise. O século XX foi o tempo privilegiado para a avaliação das masculinidades relacionadas a temas como a prostituição, a homossexualidade, a guerra, o empresariado, a educação, entre outros. Um tempo (século XX) e uma motivação (crise de masculinidade) específicos se coadunaram na construção das análises interdisciplinares em busca de causas, caracterizações e desdobramentos do problema (SCHPUN, 2004).

Para além dessas três obras brasileiras, antropólogos, psicanalistas, psicólogos, médicos, sociólogos, entre outros profissionais, tomaram a dianteira e produziram uma considerável literatura preocupada em desvelar os problemas inerentes aos modelos e aos exercícios de masculinidade. Temáticas diversas como a violência, a urbanização, as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), as práticas reprodutivas, os traumas psíquicos, e várias outras foram abordadas à luz do desconforto da crise de masculinidade. Aos homens contemporâneos, perdidos na profusão de estímulos e influências plurais, foram, inclusive, sugeridas cartilhas e manuais para que pensassem os seus comportamentos, condutas e relações, a fim de que se reencontrassem, de que dirimissem as suas angústias e as suas crises identitárias.⁵

A propósito e sob o risco do olhar panorâmico, nossa hipótese é que as ligações entre a variedade de temas e abordagens de estudiosos

⁵ A obra do psiquiatra argentino Dalmiro Bustos (2005), intitulada “Manual para um homem perdido”, com considerável circulação em Espanha e Portugal, possuindo, inclusive, tradução para o português, merece destaque. Nesse trabalho, o esforço central do autor foi explicar como os problemas das masculinidades contemporâneas seriam resultado justamente da manutenção contemporânea de mitos antigos e suas cobranças correspondentes em torno do sexo masculino e não da sua diminuição. Tese oposta a do psicoterapeuta Sócrates Nolasco (2001).

de diferentes áreas na América adveio do mal-estar oriundo das alterações das diferentes práticas e modelos de masculinidade existentes no tempo presente. Resultado da observação no consultório do médico, da avaliação de grupos focais, de um incômodo insurgente no divã do psicanalista ou da necessidade de diretrizes para a constituição de políticas pública para a saúde, as relações e práticas dos homens e entre os homens foram postas em observação de uma maneira nunca feita antes:

O "novo homem" estaria em crise porque não encontraria modelos identitários hegemônicos para descrever sua nova condição masculina. Os reflexos dessa crise se devem à maior participação das mulheres no campo do trabalho, do avanço da tecnologia no campo da sexualidade, na pluralidade de papéis e identidades sexuais, na redefinição do papel de pai, na maior preocupação com o corpo e com a estética e a tentativa de manter e sustentar um modelo hegemônico único no papel masculino (SILVA, 2006, p. 118).

No campo historiográfico, a tendência de recorte temporal inclinada à pesquisa sobre masculinidades nos sugere uma similitude ou aproximação de motivação que põe em evidência uma preocupação de investigação significativamente comum. Embora ainda em menor quantidade em relação aos outros campos do conhecimento, o historiador(a) brasileiro(a) têm se debruçado sobre o estudo de masculinidades, principalmente, sobre dois recortes temporais específicos: as transformações ocorridas em virtude da ascensão dos modelos burgueses e de urbanização, principados entre a segunda metade do século XIX e início do XX; e as mudanças em torno das masculinidades a partir da segunda metade do século XX, principalmente com foco em temas como homossexualidade e educação, ditadura, guerrilha, militarismo, violência e criminalidade.

As contraposições do homem da cidade em relação ao seu rival rural, evidenciadas nos conflitos de hábitos, de costumes, de modelos comportamentais e destacadas pela ascensão das relações urbanas foram alvo de relevantes estudos históricos em diferentes partes do país. As oposições entre o coronel e o intelectual ou entre *O patriarca e o bacharel*, para citarmos o título do livro de Luís Martins, merecem destaque há mais de duas gerações por assinalarem uma infinidade de conflitos entre dois perfis masculinos distintos (MARTINS, 2008.). Uma situação

edipiana em que os filhos, expressos na ascensão do liberalismo urbano, venceram os pais, representantes do patriarcado rural, impingindo outras práticas e modelos masculinos na sociedade em que viviam.

Com foco no recorte temporal de passagem do século XIX para o XX, destacam-se os escritos de Durval Muniz de Albuquerque e Pedro Vilarinho Castelo Branco pelas análises das relações dos homens no Nordeste (ALBUQUERQUE, 2003; BRANCO, 2008). Ao Sul, são importantes os trabalhos de Vanderlei Machado (1999; 2007) que tratam da ascensão dos modelos masculinos urbanos entre fins do século XIX e início do XX; já no Sudeste, assinalamos o projeto de pesquisa de Maria Izilda Santos de Matos (1991; 2001; 2002), *Men lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade*, sobre as masculinidades através das músicas, dos periódicos e das fontes médicas produzidas entre os anos de 1890 e 1940. Embora oriundos de regiões diferentes, e estimulados pela guinada dos estudos de gênero no país, grosso modo, esses trabalhos se preocuparam com questões alentadas por Gilberto Freyre, nos anos de 1920, e debatidas nos anos 1950 por Luís Martins sobre o declínio do patriarcado, do homem rural e acerca da ascensão dos múltiplos perfis urbanos.

No que diz respeito ao segundo recorte temporal, o século XX por excelência, encontramos duas seções temáticas sobre masculinidade publicadas no ano de 2013 em revistas acadêmicas que ilustram bem nossa proposição. A Revista Estudos Feministas (REF), em seu volume 21, número 1, trouxe uma contribuição incomensurável ao traduzir o artigo *Masculinidade hegemônica: repensando o conceito* de Robert W. Connel e James W. Messerschmidt.⁶ Considerada a importância dos outros seis artigos integrantes da seção, nesse o dossiê, o único texto escrito por historiadores(as) remeteu a um recorte temporal circunscrito à capital da República, em meados do século XX (ROLIM; RODRIGUES, 2013).

Nesse mesmo movimento de escrita da história situamos a Revista Opsi, volume 13, número 2 que contou com um dossiê temático sobre masculinidades e que reuniu dez artigos, com cinco trabalhos de historiadores(as). Embora com temáticas diversas, como violência nos processos criminais, identidades nas instituições militares e masculinidades nas telenovelas, esses artigos podem ser aproximados em torno de uma escrita da história do tempo presente. Exceto por dois artigos (um que remete ao século XVII e outro que trata dos

⁶ Publicado pela primeira vez em 1985 nos EUA, esse trabalho analisou o conceito de “masculinidade hegemônica”, amplamente debatido e utilizado nos estudos de gênero.

Oitocentos), todos os outros textos, e mesmo os de não historiadores(as), focaram o estudo de masculinidades durante o século XX.

Não há aqui nenhum demérito em relação aos trabalhos historiográficos e não historiográficos indicados. Contudo, quando problematizados sob uma perspectiva de análise da escrita da história (conhecimento) e sobre a história (acontecimento), acabamos evidenciando um fenômeno que merece destaque e reflexão. Nossa hipótese é a de que a concentração dos estudos históricos sobre masculinidades evidenciada em tempos específicos (séculos XIX e XX), ao mesmo tempo em que está diretamente relacionada à crise masculina, implicitamente, reitera um olhar enrijecido e homogeneizante sobre o tempo pretérito que precisa ser problematizado.

A História pelos não historiadores(as)

A este sofrimento acrescentar-se mais um. Hoje, os pontos de referência desapareceram e o homem do final do século XX não sabe mais como se definir. À pergunta ‘que é um homem?’, Gunter Grass responde [na década de 1970]: ‘Um lugar de doloroso sofrimento... um brinquedo do acaso... um teatro de angústia e desesperança’ (BADINTER, 1993, p. 5).

A crise de masculinidade do século XX não produziu apenas desconfortos, anseios e mal estar. Ela suscitou respostas, a tais questões. Isto está claro. E, ao mesmo tempo em que instigou interpretações, foi também constituída por elas. Os exercícios de compreensão e a construção de explicações a-históricas sobre os homens no mundo ocidental tiveram desenvoltura e impactos consideráveis em outras áreas do conhecimento. Paradoxalmente, na historiografia, principalmente a brasileira, se fez sentir de forma tímida, diminuta e concentrada em recortes específicos.

Nesse contexto analítico, a afirmação da crise de masculinidade contribuiu para a formulação de uma representação idílica, harmônica e coerente sobre o ser homem em tempos passados, implicando masculinidades pretéritas semelhantemente homogêneas, pois erigidas e abalizadas por mitos e ritos, por “metadiscursos e metanarrativas”, “forças coletivas”, que, outrora, conduziam e constituíam as

subjetividades e os desejos dos indivíduos (NOLASCO, 2001). Nas atribuições de sentido aos processos históricos, o homem contemporâneo, em contraponto, foi interpretado como perdido diante da baixa expressão ou ausência das “forças coletivas” criadoras e condutoras das relações e dos processos de subjetivação.

Nessa análise, pedra angular para interpretação da crise masculina no Brasil e no mundo, os homens dos períodos antigo, medieval e moderno foram aproximados por uma interpretação atemporal e anacrônica. Nesta, a ideia base foi que os mitos e rituais dos diferentes períodos conduziram a formação dos sujeitos, destinando-lhes metas e objetivos e conferindo, portanto, sentido maior às suas vidas ao moldar as suas subjetividades. Daí a suposição, implícita na maior parte das vezes, de que esses correlatos masculinos de outrora estariam isentos de conflitos e divergências, sobretudo em torno da sexualidade e da violência, pois canalizadas pelos discursos hegemônicos do Estado, da Igreja, da família, entre outras instituições.

Com o objetivo principal de conferir significado aos problemas contemporâneos identificados pelos psicólogos e pelos psicanalistas em seus consultórios, ou ainda nos trabalhos de campo de sociólogos e antropólogos referente às masculinidades, ascendeu-se uma chama de vontade de conhecimento e saber histórico em outras disciplinas. E isto se expressava na curiosidade de como os homens se relacionavam em tempos pretéritos.

Nesse esforço explicativo, observamos que a história foi forçada a deitar no divã do psicoterapeuta e a aceitar uma explicação homogênea e falaciosa de si. Esta é a nossa crítica. A ânsia por desvelar possíveis problemas psíquicos dos pacientes acabou por tornar a própria história e a historiografia pacientes/passivas de uma construção discursiva contemporânea. Isso foi expresso na base interpretativa da famigerada crise da masculinidade e em seu correlato explicativo que assinala a existência de estruturas organizadoras das identidades de gênero em tempos pretéritos.

Somada a essas análises generalizantes, nossa hipótese é que a concentração da atenção dos historiadores(as) brasileiros sobre o estudo de masculinidades em tempos específicos – a ascensão da urbanidade e dos aspectos burgueses no final do século XIX e as primeiras décadas, além da segunda metade do século XX – acabou reforçando uma interpretação teleológica da história, embora não objetivassem isto. Afinal, não estaria abalada a sólida figura do patriarca rural frente aos

plurais costumes burgueses citadinos? Não seríamos também produtos dessas transformações?

O problema está no fato de que, no Brasil, esse homem patriarcal, colonial, imperial ou republicano nunca foi unívoco e homogêneo. A plataforma espacial e temporal escolhida para a projeção dos novos perfis citadinos sempre foi instável e multiforme, pois histórica. Daí apontarmos aqui a necessidade urgente de dilatar as temporalidades nas pesquisas sobre masculinidades e identificar as contingências e historicidades das formas pretéritas dos homens se compreenderem enquanto homens e de se relacionarem entre si, com as mulheres, com os filhos(as), etc.

O fato é que, na ausência de estudos históricos que questionassem a figura do patriarca antes do século XIX e que problematizassem o alcance das narrativas míticas sobre as masculinidades, profissionais de outras áreas se sentiram à vontade para alçar voos tanto sobre a história enquanto acontecimento como em relação à história conhecimento. Nesse movimento, o acúmulo das generalizações e anacronismos foi elevado, oneroso e precisa de balanços. Análises que se descolem do pragmatismo voltado para a resolução das questões de gênero dos tempos presentes. Na relação que alguns psicólogos, psiquiatras e sociólogos estabeleceram com o passado, este apareceu de forma estática à semelhança do cadáver estirado na maca diante do legista. É preciso reconhecermos a dinamização do e no passado.

A investigação histórica ou, mais precisamente, as incursões bibliográficas sobre conteúdos e conhecimentos históricos, serviram de panaceia para as inquietações dos próprios terapeutas nas suas relações com os pacientes. Porém, os trabalhos sobre masculinidades erigiram sínteses muito genéricas que dificultam a percepção das peculiaridades, das negociações, das cooperações, das contradições e dos conflitos de gênero inerentes a todo contexto histórico e que permitem pôr sob suspeita, questionamento e investigação os estereótipos masculinos.

Parafraseando Michel de Certeau, ousamos dizer que nessas análises o morto perdeu a sua beleza e a história foi tratada apenas com o fim de justificativa para o tempo presente, para o entendimento de uma crise atual (CERTEAU, 1995). Nas abordagens psicologizantes da história, sobretudo nos trabalhos realizados por Sócrates Nolasco e por Robert Moore e Douglas Gillette, a dimensão conflituosa inerente às

relações históricas foram postos de lado.⁷ Nesse sentido, talvez os aspectos históricos fundantes desses estudos tenham sido os seus principais problemas.

Podemos afirmar que entre os estudiosos de masculinidades analisados neste texto houve o entendimento de que a história dos homens no Ocidente esteve dividida em dois grandes momentos. O primeiro, já apontando, seria aquele marcado pelas expressões culturais das sociedades antigas e tribais com ênfase nas estruturas de poder, nos processos ritualísticos e nos mitos, expressos como “forças coletivas” e que atuavam na construção de identidades abrangentes. Em contraposição, o segundo período seria marcado pela ascensão do individualismo com o constante enfraquecimento das instituições sociais que tinham como função interpelar o sujeito e conferir sentido à sua vida. Em suma, operar-se-ia um movimento ascendente, mas desgastante, que migraria das identidades hegemônicas à fragmentação das identidades.

Um exemplo relevante dessa forma de interpretação é o cuidadoso e dispendioso estudo desenvolvido pelo sociólogo Pedro Paulo de Oliveira.⁸ Ao se propor a investigar a construção social masculina, afirma que o termo masculinidade foi criado em meados do século XVIII atendendo aos preceitos científicos que buscavam explicitar detalhadamente as diferenças entre os sexos. Em diálogo com Pierre Bourdieu, definiu o conceito como “um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante nos processos de subjetivação” que aponta tanto para uma dimensão identitária (elementos de reconhecimento e diferenciação) como para um nível avaliativo e punitivo (sanção de comportamentos) (BADINTER, 1993, p. 5).

Talvez a principal generalização realizada por Oliveira esteja na própria escolha de seu objeto e nos recortes temporais e espaciais (pré)estabelecidos. Por um lado, como uma invenção moderna, a masculinidade como acontecimento, isto é, a constituição do termo, seria resultado de um projeto calcado em valores burgueses e expressos na personalidade burguesa do novo homem que,

⁷ No trabalho desses dois últimos autores, há um capítulo específico denominado “A Crise dos Rituais Masculinos” e relacionado diretamente com a “crise da identidade masculina” datada do final do século XX (MOORE; GILLETTE, 1993, p. II).

⁸ Embora haja uma tácita preocupação do autor em evitar “mal entendidos” como as abordagens de “causa e efeito” que não levem em conta a “constelação histórica específica”, em sua escrita há várias generalizações que dificultam o entendimento das relações de gênero nos diversos contextos precedentes ao século XIX.

paradoxalmente, possuiria aspectos masculinos do período anterior. A masculinidade tomada como fruto de um processo de mudança do medievo para a modernidade serviria como uma nova bússola, ainda que com peças antigas, para as novas relações sociais.

A questão que interpomos é que ainda que não existisse o adjetivo de masculinidade para caracterizar determinados componentes como masculinos, estes sempre existiram, o que nos possibilita alargar o uso do conceito para outros contextos, isto é, tratar a masculinidade como uma ferramenta heurística para a construção do conhecimento histórico das relações de gênero. Ou, mais especificamente: para o entendimento de aspectos qualificados como próprios de alguns homens em detrimento de outros homens e mulheres.

Por outro lado, a questão mais problemática se expressa na concepção que o autor faz sobre o termo moderno. Ao polarizar a história em medievalismo e modernidade, esta seria considerada como o período da ascensão revolucionária francesa e dos ideais burgueses, expresso também na organização dos exércitos, nos processos de disciplinarização e no culto da ciência e do racionalismo que fez emergir um ideal masculino moderno. Todo o tempo precedente ao século XVIII, inclusive, e contraditoriamente, o de formação dos Estados modernos, seria homogeneizado na sua escrita como aquele de relações e práticas medievais.

Nossa inquietação quanto a esta análise não está localizada apenas na reconsideração dos marcos temporais eurocêntricos da História Ocidental (denominar de medieval os séculos XVI e XVII), mas nos efeitos de verdade que ela proporciona ou que, na realidade, reitera. Ao tratar como um todo homogêneo, na Europa, o período que antecede a Revolução Francesa, o autor acaba projetando uma visão histórica etapista em uma abordagem que tem como pilstras mestras os trabalhos generalizantes do sociólogo Nobeit Elias e que dificultam, entre muitas coisas, as investigações sobre as relações de gênero e a análise das distintas práticas dos homens e dos diferentes perfis masculinos existentes ao enrijecê-los em “retóricas holísticas”.⁹

A rígida noção de modernidade e seu correlato fixo medieval antecessor aplicados por Oliveira e Nolasco não

⁹ Entendemos por “retóricas holísticas” o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos [...]” (CANDAU, 2012, p. 29).

contemplam a diversidade das relações de gênero existentes nos diferentes países europeus. Do século XV ao XVIII, da mesma forma que houve uma diferente gama de ordenamentos políticos, sociais e culturais, que nem a noção de “absolutismo” e tampouco a qualificação de “medieval” permitem elucidar minuciosamente, também existiram múltiplas e infinitas variações em torno da constituição de masculinidades e feminilidades que as narrativas míticas e os rituais não conseguiam controlar e conduzir.¹⁰

É necessário, portanto, investigar de forma histórica as masculinidades no Brasil. E nesse processo, é preciso nos desvencilharmos de um presentismo excessivo, focando outros contextos que não exclusivamente a virada do século XIX para o XX, ou o século XX primordialmente. É fundamental que a análise da historicidade das relações constituídas por homens e mulheres seja realizada sob uma perspectiva de gênero, enfocando as diferentes práticas e representações masculinas em contextos históricos específicos. Esse caminho de descoberta e análise de outras masculinidades e temporalidades que não sejam hegemônicas ajudará a relativizar e criticar concepções anacrônicas, teleológicas e generalizantes da história.

Possibilidades teórico-metodológicos

Em estudo recente sobre a sociedade de Antigo Regime do Império Ultramarino português, com foco no Brasil Colônia, encontramos inúmeras relações e experiências que diferiam dos pressupostos históricos generalizantes e que revelaram limitações das “retóricas holísticas” para os séculos XVI-XVIII. Procedemos à investigação dos modelos e das práticas tidas como valorativas dos homens na construção das representações socioculturais masculinas e notamos várias alterações, dentre as quais destacamos três para breve apresentação neste ensaio por demonstrarem a pertinência da investigação histórica sobre o tema.

Primeiro, evidenciamos uma transformação na sociedade cavaleiresca portuguesa, oriunda do período medieval, expressa na

¹⁰ Para os séculos XVI e XVIII, o termo absolutismo seria mesmo bastante impróprio, tanto histórico como conceitualmente, visto que “nenhuma monarquia ocidental gozara jamais de poder absoluto sobre os seus súditos, no sentido de um despotismo sem entraves” (ANDERSON, 1989, p. 48-9).

valorização do esforço enquanto característica masculina em detrimento da força física. Em Portugal moderno e suas colônias, o homem soldado não era mais aquele que se reconhecia de longe, a priori, pelos seus atributos naturais, pela sua força física, como apontou Michel Foucault para o período em questão (FOUCAULT, 2001). No Império lusitano, diversas missivas régias nos revelaram que o mais valorizado era o esforço empreendido nas experiências pretéritas e que servia de barganha junto ao Monarca para a obtenção de títulos.

Assim, quando os homens escreviam para o Rei o que eles destacavam eram os esforços de seus atos e nunca a força de seus corpos. A força, assim como várias outras características tidas como atributos universais dos homens (coragem, honra, bravura, etc.), assumia concepções e significados diferentes conforme o contexto histórico. Na sociedade de Antigo Regime portuguesa, a força estava associada a trabalhos manuais, mecânicos. E estes eram considerados mais vis do que viris, portanto, desabonadores do homem que os executavam, pois de origem humilde em uma sociedade escravista, hierarquizada e extremamente excludente (BICALHO, 2003).

Segundo, o corpo como marca distintiva de força física foi, ao mesmo tempo, cedendo espaço para as marcas registradas no corpo. Nesse sentido, observamos a supervalorização da violência sobre o corpo como forma de obtenção do reconhecimento régio. O corpo físico continuou como plataforma na constituição das representações masculinas, mas ao focarem as marcas e as cicatrizes, os homens enfatizavam tacitamente uma vivência passada e, com isso, comportamentos masculinos específicos, como a luta em prol do Soberano. Mais uma vez: a fala dos homens se baseava em experiências masculinas pretéritas registradas em seus corpos.

Por último, e diretamente relacionado aos dois aspectos anteriores, conseguimos evidenciar alterações em torno da funcionalidade do ritual medieval da cavalaria no Brasil Colônia. Na reconfiguração e burocratização dessa instituição, a ordem consagrada de transformação do menino em homem e deste em guerreiro (FLORI, 2001). A lógica que evidenciamos no Brasil Colônia apontava para uma funcionalidade da instituição da cavalaria aonde o menino se tornava guerreiro para, posteriormente, ser reconhecido socialmente como homem entre os seus pares, haja vista que esse reconhecimento viria das suas experiências enquanto soldado/guerreiro.

Esse foi o caso de muitos jovens que teceram lutas e guerras em prol de Sua Majestade e que, apenas após acumularem experiência e em idade madura, conseguiram mercês de reconhecimento régio, tornando-se cavaleiros, a exemplo da história de vida de Martim Soares Moreno, desbravador das Capitanias do Norte do Brasil, no início do século XVII:

[...] e ao capitão Martim Soares Moreno lançou o hábito de Santiago, de que el-Rei lhe fez mercê por seus serviços, que não foram poucos os que lhe fez, não só no descobrimento do Maranhão, como fica dito no primeiro capítulo deste livro, mas depois de estar por capitão do Ceará, onde os corsários o temem tanto [...] (SALVADOR, 1627, p. 177).

Tomadas em conjunto e percebidas a partir do escrutínio das características masculinas de um determinado período e sociedade, essas três alterações permitem pôr em evidência as limitações das generalizações históricas ou das “retóricas holísticas” que vimos problematizando ao longo deste texto. Elas não conseguem abarcar a totalidade dos acontecimentos, das ações e das relações do Brasil Colônia e, acreditamos, de outros contextos. Essa observação coloca em destaque a importância dos procedimentos de investigação histórica que, neste caso, permitiram elucidar realidades mais plurais e dinâmicas em torno das relações de gênero. Aponta, assim, para a potencialidade do estudo de masculinidades em outras temporalidades.

Considerações finais

Em síntese, assinalamos ao longo deste texto: (i) o imperativo urgente e necessário de se alargar as bases temporais de investigação histórica sobre o estudo de masculinidades no Brasil; (ii) a necessidade de historicização das instituições, representações e práticas constituídas enquanto masculinas e masculinizantes; (iii) a contextualização dos adjetivos e predicados que atuam na fundamentação/caracterização das masculinidades de cada período; (iv) e a investigação e análise das evidências empíricas das diversas experiências e formas de estar e se perceber como homem nos diferentes contextos históricos.

Esses procedimentos, mais metodológicos do que teóricos, buscam sinalizar outros percursos de investigação que não considerem o homem contemporâneo essencialmente como ponto de partida, referência, como elemento de enunciação da pesquisa. Trata-se da possibilidade de abertura de outras formas interpretativas que não tomem, a priori, o não-hegemônico como um aspecto menor e reduzido ou simplesmente como um elemento ameaçador, opositor e degradante com potencial de fomentar crises por questionar os modelos hegemônicos.

Nessa proposição, auxilia-nos a reflexão realizada por Judith Butler sobre o ato de desconstruir entendido como o não censurar, “mas, ao contrário, liberar o termo num futuro de múltiplas significações, emancipá-lo das ontologias” (BUTLER, 1998, p. 36). O termo que aqui queremos liberar remete à categoria “homens”, entendendo que sobre este referente existe uma infinidade de significações e significados historicamente construídos e passíveis de análise. É essa mesma autora que nos faz refletir sobre a contingência dos fundamentos, isto é, sobre a condicionalidade, instabilidade, historicidade dos aspectos caracterizadores, normativos, descritivos, excludentes.

Dessa maneira, compreendemos que o referente “homens” é também um significado, o que nos liberta da ideia de um referencial fixo, estabelecido a priori, tomado como natural. Essa proposição, inclusive, lança-nos a uma reinterpretação dos aspectos, comportamentos e pensamentos remetidos aos homens e tomados como elementos fundadores e fomentadores das crises de masculinidades ao longo da história. Em nossa análise observamos e significamos esses aspectos como formas de alteração e criação de novas masculinidades, de outras maneiras dos homens estarem no mundo, de se observarem e de se perceberem, e não apenas como processos traumáticos de perdas e de morte de modelos masculinos hegemônicos implicando crises.

Aliás, pensamos que a própria noção de crise da masculinidade na contemporaneidade é uma questão que deve ser refletida e reconsiderada à luz da análise histórica, como tentamos demonstrar ao longo deste texto diante do seu impacto nos estudos de gênero e na escrita historiográfica brasileira. Para tanto, encontramos alicerce no trabalho de Elisabeth Badinter através da constatação de outras crises masculinas ao longo dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, pondo em cheque a noção de uma masculinidade estável até o século XX, além das

considerações de Margaret Mead sobre a multiplicidade de masculinidades constatando a inexistência de um modelo masculino universal de ampla validade temporal e espacial (BADINTER, 1993; MEAD, 1966).

E ainda que este seja um caminho a ser construído no terreno historiográfico brasileiro, existem alguns trabalhos no campo das Ciências Humanas que podem ser muito instigantes. No Brasil destacam-se os estudos de Ronaldo Vainfas (2010) e Luiz Mott (1999; 2006) que há muito apontam para a descoberta de comportamentos destoantes dos modelos apregoados nos séculos XV-XVIII para os homens. Peter Beattie (2009), ainda que não trate especificamente da temática de gênero, contribui para entender as dinâmicas de masculinidade que permeiam o ofício do soldado no Exército brasileiro, ao diversificar nossa percepção sobre o homem novecentista para além do patriarca. Ampliando o debate e mostrando a possibilidade de pesquisa empírica sobre a temática, James Green e Rolnald Polito (2006) nos presentearam com uma série de fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil, enquanto Mary Del Priore e Marcia Amantino (2013, p. 9) há poucos anos organizaram o livro “História dos homens no Brasil” no qual “a masculinidade não é um dado “natural”, mas uma variável edificada de acordo com as diferentes temporalidades, áreas geográficas, diferenças de classe, religião e orientação sexual de cada um”.

Na cena internacional também é possível observar mudanças importantes e empolgantes. Destacamos a riqueza do trabalho de Boswell (1992) que investiga as sexualidades exercidas por homens, além das mudanças de atitudes das sociedades em relação aos homossexuais durante a Idade Média. Assinalamos também os trabalhos organizados por Corbin (2013) sobre a história da virilidade desde a Antiguidade à contemporaneidade e o livro de Bazán (2010), que faz um trabalho de síntese didático sobre a história da homossexualidade na Argentina desde a colônia ao século XXI.

De maneiras diferentes, esses trabalhos parecem se tocar no que diz respeito à crítica sobre a invariabilidade dos perfis masculinos e das abordagens generalizantes, tal como destaca Anne-Marie Sohn ao observar as possibilidades de mudança no contexto de produção historiográfica francesa:

Agitar nossas cronologias e reflexões rotineiras, tal não é menor mérito de uma reflexão que se estende desde a pré-história ao tempo presente.

Contextualizar finalmente o que tem sido percebido de longo tempo como invariante [é] o único objetivo capaz de evitar a armadilha das generalizações simplistas. Parecia preferível partir da especificidade da identidade masculina e dos *processos* de construção das masculinidades (SOHN, 2013, p. 26). (tradução nossa).

Nesse movimento mais dilatado de reflexão sobre masculinidades, há espaço, inclusive, para fazermos (re)leituras de obras clássicas. Por que não arriscar uma aproximação teórica com os estudos desenvolvidos por Pierre Bourdieu (1999) acerca dos conceitos de *habitus* e de dominação masculina, principalmente no que diz respeito à sua teoria da incorporação?

Para o autor a dominação masculina, expressa em uma visão de mundo androcêntrica, seria uma invenção histórica e de caráter extremamente arbitrário. Problemática, no entanto, no seu entendimento de construção automática, no sentido da ausência de agentes, que se enraizaria nas mentes e nos corpos dos indivíduos garantindo e perpetuando formas de dominação que, neste caso, estariam albergadas dentro da sua proposição de “*habitus* masculino”. A introjeção inconsciente e coletiva dos aspectos de dominação masculina indicaria uma relação de retroalimentação entre estrutura e práticas e manteria formas de subordinação expressas nas práticas e representações.

Demasiadamente estruturalista, importa assinalarmos que no diálogo aqui proposto a atenção está não em afirmar uma dominação masculina total e efetiva, mas de perceber tentativas de dominação, de controle, de subordinação e de introjeção de valores tidos como próprios dos homens sem nunca perder de vista que, como o próprio Bourdieu afirma, embora em menor destaque e atenção: “há sempre lugar para uma luta cognitiva” e para possibilidades de resistência e alteração.

Concluimos compartilhando da ideia proposta pela antropóloga Miriam Grossi de que mais do que uma “crise da masculinidade”, devemos pensar em “processos de mudança” para entendermos os diferentes modelos, estímulos, ações e relações existentes na configuração de identidades masculinas ao longo da história. Assim, podemos observar e analisar o passado e estabelecer outras relações com ele, tentando reconstruir o seu dinamismo inerente e evitando apriorismos e outras concepções a-históricas. Eis o trabalho do(a)

historiador(a), urgente, mas possível, na reconstituição das diferentes e múltiplas masculinidades no Brasil.¹¹

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino**: uma invenção do falo – Uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BAZÁN, Osvaldo. **Historia de la homosexualidad em la Argentina**. Buenos Aires: Marea, 2010.

BEATTIE, Peter. **Tributo de sangue**: exército, honra, raça e nação no Brasil (1864-19445). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “O que significava ser cidadão nos tempos coloniais”. In: ABREU, M.; SOIHET, R. **Ensino de História**: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BOSWELL, John. **Cristianismo, tolerancia social y homosexualidad**. Barcelona: Muchnik, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUSTOS, D. **Manual para um hombre perdido**: el hombre del Siglo XXI y su identidad. Buenos Aires: Letra Viva, 2005.

BUTLER, Judith. “Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo””. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 11, pp. 11-42, 1998.

CÁCERES, Carlos et al. “Ser hombre en el Perú. La infidelidad, la violencia y la homofobia en la experiencia masculina”. In: PANTELIDES, Edith Alejandra; LÓPEZ, Elsa. (comps.). **Varones latinoamericanos**: estudios sobre sexualidad y reproducción. Buenos Aires: Paidós, 2005.

¹¹ Miriam GROSSI, 2004, 29.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências no início do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James. W. “Masculinidade hegemônica: repensando o conceito”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 241-282, jan.-abril/2013.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade**. Petrópolis: Vozes, 2013. [3 volumes].

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

GRANDINO, Adilson et al (orgs.). **Macho, masculino, homem**. Rio Grande do Sul: L&PM, 1986.

GREEN, James; POLITO, Ronald. **Frescos trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil (1879-1980)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

GROSSI, Miriam Pillar. “Masculinidades: uma revisão teórica”. **Antropologia em primeira mão**. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, n.1, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

HITA, Maria Gabriela. Masculino, feminino, plural. **Cadernos Pagu**, n. 13, pp. 371-383, 1999.

LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLFF, Cristina Scheibe. “Masculinidades, diferenças, hegemonias”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, 233-240, jan.- abr./2013.

LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo – Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

MACHADO, Vanderlei. **O espaço público como palco de atuação masculina: a construção de um modelo burguês de masculinidade em Desterro (1850 - 1884)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História Cultural) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 1999.

_____. **Entre Apolo e Dionísio:** a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930). 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

MARTINS, Luiz. **O patriarca e o bacharel.** São Paulo: Alameda, 2008. [1º edição em 1953].

MATOS, Maria Izilda Santos de. “O ébrio apaixonado: perfis de gênero no imaginário da MPB”. **Imaginário**, São Paulo, v. 5, pp. 7-26, 1999.

_____. “Discutindo masculinidade e subjetividade nos embalos do samba canção”. **Niterói**, v. 2, n. 1, pp. 73-86, 2001.

_____. “Desafios da pós modernidade: sensibilidades e masculinidades”. **Gênero**, Rio de Janeiro, v. 2, n.2, pp. 175-195, 2002.

MEAD, Margareth. **L’Un et l’autre sexe.** [S.l.]: Denoel-Gonthier, 1966.

MIMOUN, Sylvain; CHABY, Lucien. **La sexualidad masculina: una explicación para comprender, un ensayo para reflexionar.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2001.

MOORE, Robert; GILLETTE, Douglas. **Rei, Guerreiro, Mago, Amante:** a redescoberta dos arquétipos do masculino. Tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

MOTT, Luiz. **Homossexuais da Bahia:** dicionário biográfico (séculos XVI-XIX). Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1999.

_____. “Sodomia não é heresia: dissidência moral e contracultura”. In: VAINFAS, Ronaldo; FEITLER, B.; LIMA, L. L. da G. (orgs.). **A Inquisição em xeque:** temas, controvérsias, estudos de caso. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

NOLASCO, Sócrates. **De Tarzan a Homer Simpson:** banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PADILLA, Miguel Ángel Ramos; ÁGUILA, Ernest Vásquez del. “Derechos sexuales y reproductivos. El punto de vista de los varones en dos contextos”. In: PANTELIDES, Edith Alejandra; LÓPEZ, Elsa (comps.). **Varones latinoamericanos: estudios sobre sexualidad y reproducción.** Buenos Aires: Paidós, 2005.

PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (orgs.) **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

PITLUK, Roberto. **El Macho Argentino: reflexión sobre masculinidade empobrecida**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2007.

PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2013.

REARTES, Diana. “La infección por el virus del papiloma humano y el cáncer cervical. Um problema también de varones?” In: PANTELIDES, Edith Alejandra; LÓPEZ, Elsa (comps.). **Varones latinoamericanos: estudios sobre sexualidad y reproducción**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

ROLIM, Rivail Carvalho; RODRIGUES, Fabiana Cardoso Malha. “O assassinato de um homossexual diante de um tribunal da Capital da República em meados do século XX”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, pp. 325-342, jan.- abr./2013.

SCHPUN, Mônica Raisa (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo, 2004.

SEGARRA, Marta; CARABÍ, Angels (orgs.). **Nuevas masculinidades**. Barcelona: Icaria editorial, 2000.

SOHN, Anne-Marie (dir.). **Une histoire sans les hommes est-elle possible?** Genre et masculinités. Lyon: ENS, 2013.

SILVA, Sergio Gomes da. **A crise da Masculinidade: uma Crítica à identidade de Gênero e à Literatura Masculinista**. Psicologia, Ciência e Profissão, vol. 26, n. 1, pp. 118-131, 2006.

TOLOSANA, Carmelo Lisa. **Qué es ser hombre: valores cívicos y valores conflictivos em la Galicia profunda**. Madrid: Akal, 2010.

TOURNIER, Paul. **Os Gays na História**. Lisboa: Estampa, 2006.

Recebido: 12/04/2017

Aprovado: 18/04/2017